

## 9

### *Discurso na reunião do colégio de presidentes de Conselhos Estaduais de Entorpecentes – Copen*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 17 DE JULHO DE 1998**

*Senhor General Cardoso, Chefe da Casa Militar; Senhor Juiz Walter Mai-erovitch; Senhores Secretários de Estado, Presidentes e Representantes dos Conselhos Estaduais de Entorpecentes,*

Primeiro, quero externar a minha satisfação de termos podido realizar esta reunião já num clima de uma política de combate às drogas bastante definido. E quero lhes dizer da minha confiança em que nós, realmente, criemos condições para uma ação mais efetiva nessa matéria tão delicada, e eu diria mesmo central, do mundo contemporâneo. Não vou ensinar o padre-nosso ao vigário. Os senhores conhecem o assunto muito mais do que eu.

Queria apenas recordar que a preocupação do Governo Federal é antiga nessa matéria. Eu assinei uma diretriz, em fevereiro de 1996, na qual já estávamos delineando um programa de reorganização de todo o sistema federal de combate às drogas. E esse sistema, embora seja federal, só vai funcionar se houver uma articulação com os governos estaduais, com os municípios e, principalmente, com a sociedade.

Acho que a questão central, hoje, é exatamente essa, da articulação entre os vários níveis da sociedade com os vários níveis da administração pública.

O problema das drogas é transnacional. Nós temos, com muita preocupação, cuidado do modo pelo qual o Brasil possa se articular com esse nível também mais amplo, internacional, resguardando sempre a nossa capacidade soberana de tomada de decisões nessa matéria. As articulações que existem têm sido feitas sempre com essa preocupação.

Exatamente por isso, para dar mais relevo, ainda, à ação do Brasil e do Governo Federal, eu anunciei, recentemente, em junho, nas Nações Unidas, em Nova York, a criação dessa nova agência nacional de combate às drogas. Ela está localizada, como os senhores sabem, na Casa Militar, que é a maneira pela qual se dá visibilidade à preocupação do Governo Federal. Portanto, está localizada na Presidência da República. Nada aqui se vincula diretamente ao Presidente, a não ser os Ministérios, mas a maneira pela qual nós mostramos, até simbolicamente, que o Governo Federal está empenhado no assunto é trazer a localização dessa agência para o âmbito da própria Presidência da República.

Ao mesmo tempo, parece-me muito importante que não haja solução de continuidade, não haja uma perda dos esforços já havidos e que, portanto, o conselho que agora se forma e que o General Cardoso preside deva dar, de imediato, continuidade às ações do anterior conselho. Nós queremos dar é mais velocidade, mais transparência e mais capacidade operacional às nossas políticas.

No âmbito do Governo Federal, se não me falha a memória, nós temos 14 programas e agências que lidam com a questão das drogas. Ora, se não houver uma coordenação, na verdade essas agências terminarão por uma atropelar a outra. O nosso objetivo, portanto, é realmente, o de coordenar. Não se deseja, de forma alguma, diminuir a competência e a eficiência e esvaziar as unidades já existentes, muito menos, no caso macro, a Polícia Federal. Ao contrário, seria impossível combater as drogas sem uma articulação com a Polícia Federal. Mas nós queremos dar relevo maior e uma coordenação a essa matéria.

Convém, talvez, ainda assim, insistir em que, se existe alguma preocupação dos líderes mundiais, hoje, com ameaças à sociedade, seguramente o combate às drogas é uma das principais, senão a principal. Há outras mais aterrorizadoras: as guerras, as guerras atômicas e coisas assim; mas, de tão terríveis que são, acabam por se afastarem um pouco do horizonte de possibilidades, embora não possamos tampouco des-cuidar dessas catástrofes maiores.

A questão é que a droga já é uma guerra em ação. A outra é ameaça. Essa, não: já existe uma espécie de corrosão do tecido social, no mundo contemporâneo, pela ação das drogas. E, hoje, não se trata apenas de uma ação isolada de um produtor aqui, outro ali: é uma articulação mundial também. E há todo um sistema de lavagem de dinheiro, há toda uma articulação de contrabando, de intercâmbio entre drogas e o tráfico de armas, enfim, até do terrorismo. Tudo isso se está vinculando de maneira extremamente perigosa. É por isso que nós resolvemos chamar a responsabilidade direta do Governo Federal sobre a matéria.

Depois de muitas considerações – e os doutos sabem as dificuldades na área –, chegamos à conclusão de que ou faríamos alguma coisa que realmente mobilizasse a sociedade ou não teríamos êxito nessa matéria. E não se trata apenas de reprimir. Claro que haverá que reprimir também, mas é preciso prevenir. Isso é fundamental. E essa prevenção não se fará sem o concurso ativo da sociedade civil, do conjunto da sociedade.

Então, as tarefas para as quais nós estamos sendo convocados, e convocando também, ultrapassam o limite da administração: são tarefas no sentido maior, cívicas, porque vão requerer uma motivação por parte da sociedade e vão requerer, portanto, que nós atuemos muito em cooperação com todo tipo de organização da sociedade, que se preocupa com o assunto, mormente no que diz respeito às escolas, porque essa é a questão central. Nós vamos ter que nos articular, também, portanto, com o Ministério da Educação, para que, nessa área, haja uma política ativa de prevenção, de alerta às famílias.

Todos os dados que vejo, de pesquisa, mostram que uma das preocupações dominantes nas classes populares dos grandes conglomerados urbanos é a droga. A mãe de família vê com desespero o filho entrando

no descaminho da droga. E existe toda a utilização dos mais jovens, por parte dos grupos organizados, para escaparem das penas da lei de forma imediata. Então, existe uma corrosão muito grande, que afeta diretamente as famílias. Sobretudo as mulheres das periferias das grandes cidades demonstram claramente a preocupação com a questão da droga. Temos que, realmente, dar resposta a isso. E essa resposta, por um lado, é nas escolas. Por outro lado, a incentivação de campanhas públicas eu sei que existe.

Não quero ocupar o tempo dos senhores além do limite – do meu também: ele é reduzido –, mas é preciso que nós tenhamos maior participação dos estados e municípios nesta luta. Por isso é muito importante a atuação dos conselhos estaduais, que serão o braço realmente eficaz da política federal. Não existe mais política federal sem articulação estadual e não haverá política estadual sem articulação municipal. E, por sua vez, não haverá política municipal sem a articulação com os grupos locais, com a própria sociedade.

Os senhores e as senhoras sabem melhor do que eu que não há fórmulas mágicas para o combate à droga. E sabem, também, que a própria estruturação dos mecanismos institucionais que vão lidar com esse tema não é monopólio do saber de ninguém. Por essa mesma razão, nós colocamos na Internet a nossa proposta de política nacional antidrogas, pedindo sugestões. Nós achamos que é preciso que haja uma participação maior da sociedade e nos pareceu que seria útil que, através da Internet, se pudesse debater esta matéria.

Então, eu acredito que o Brasil agora dispõe de mecanismos para que a política antidrogas realmente tenha seqüência, dure no tempo, independa das variações políticas, ganhe um, ganhe outro. A questão é nacional. E o Estado brasileiro tem que se preparar para essa questão. Nós aqui não estamos lidando em termos políticos: estamos lidando em termos nacionais com essa matéria e vamos precisar da cooperação ativa dos senhores e das senhoras, bem como de todos os demais que são vinculados com essa questão.

Eu queria felicitá-los por terem trabalhado nessa área e dizer que temos muita expectativa positiva com a ação do Juiz Maierovitch

nessa matéria, que vai requerer dele não apenas dedicação, mas coordenação, a coordenação com os vários órgãos, nos dois braços, o repressivo e o preventivo. Seguramente, o General Cardoso estará sempre disposto a ajudar nessa coordenação, porque ele é o Chefe da Casa Militar e, portanto, é o responsável, de mais alto nível, do conjunto dessas políticas. E o General sabe, e os que trabalham comigo também sabem, da minha preocupação pessoal com essa matéria e do entusiasmo com que vi o encaminhamento dessas questões, aqui, no nível da Presidência da República.

Tenho certeza de que nós não vamos faltar àquilo que o Brasil espera de nós: que nós tenhamos uma política ativa, aberta, moderna, mas também eficaz, também capaz de reprimir e também, principalmente, capaz de não paralisar essa repressão nos níveis dos pequeninhos, porque há muitos interesses poderosos que se organizam ao redor disso. E, exatamente com essa preocupação, nós temos uma legislação, que foi mudando no decorrer deste governo, de combate também à lavagem de dinheiro e para aumentar a capacidade da Receita Federal de fiscalizar.

Nós estamos nos preparando para passos que o Brasil tem que dar, no futuro, seguramente com mais energia. Não adianta começar uma política desse tipo, dessa envergadura, sem que se tenha um arcabouço mais amplo, que permita eficácia a essa política. Há algum tempo nós estamos trabalhando na matéria. Mencionei as questões, ainda que de passagem, dos acordos internacionais, de cooperação internacional. Mas não gostaria de deixar de mencionar – como acabei de fazê-lo – que o Congresso Nacional também está envolvido nisso e também tem respondido positivamente, tomando decisões, desde decisões como a permissão para tiro para derrubar aviões, no caso de contrabando e, freqüentemente, de droga – que é uma decisão difícil – até a decisão já tomada, também, de apertar os controles na questão da lavagem de dinheiro.

Estamos, também, ampliando os contatos entre o Banco Central e a Receita Federal, para que eles possam funcionar de forma coordenada com a Polícia Federal, e não ficar cada um com os seus “segredos de Estado”, sem que se comuniquem, com isso beneficiando os infratores,

os criminosos. Acho que a luta contra o crime, o crime do colarinho branco ou o crime direto – e aqui está envolvida nisso, também, a luta contra a droga – repito, para terminar, é, realmente, um desafio do mundo contemporâneo. Basta dizer que, nas últimas conversas que tive com o Presidente Clinton, freqüentemente ele vinha ao tema da droga como uma ameaça ao Estado americano. Imaginem no nosso caso: se nós não nos prepararmos para uma ação, realmente será uma ameaça, até mais do que ao Estado, à sociedade.

Muito obrigado, portanto, pela compreensão.